

O I Congresso Confederado (IV Nacional Operário)

pela maneira elevada como tem decorrido e pela ponderação dos seus componentes, honra a classe trabalhadora do país que, desejando emancipar-se, começa por saber conduzir-se perante os mais graves problemas que de perto a interessam

(Do nosso enviado especial)

SANTARÉM, 24.—Passou-se à discussão do capítulo 8.º — «Congressos Corporativos e Conferências Inter-Sindicais». Em volta deste capítulo travou-se animada discussão. Alguns congressistas manifestaram-se em desacordo com a sua redacção. Segundo uns, um relatório moral não deve descrever verbos por isto só ser das atribuições do relatório financeiro; segundo outros, as referências do auxílio material não são próprias; ainda segundo outros, há deficiências no relatório. Aí vão as opiniões expendidas:

António Costa refere-se à omissão das conferências gráficas do Porto e de Lisboa. Jaime Tiago estranha que não esteja incluído no relatório, a exemplo do que sucede com referência a outros organismos, a verba dispensada à Federação de Calçado, Couros e Peles para a realização do congresso de Indústria. Jerónimo de Sousa diz que o relatório também devia dizer qual a importância entregue à Federação Marítima. Joaquim de Sousa manifesta-se susceptibilizado com a alusão de que «o congresso metalúrgico decorreu atrabiliariamente. Francisco Viana e Artur Cardoso corroboram as declarações do orador antecedente. O último considera impróprio e injusto o qualificativo de mais importante atribuído ao Congresso Marítimo. Saul de Sousa reforça as declarações dos três últimos oradores e emite a opinião de que os futuros relatores sejam mais escrupulosos nas suas apreciações. Pereira Braga julga pouco inteligente uma referência sobre o auxílio material num relatório moral. Faustino Ferreira diz que o relatório apenas devia informar da sua acção junto dos vários organismos. Aproveitando o ensejo defende com calor a constituição de delegações permanentes, especialmente na região do Douro onde a propaganda sindical pouco se tem feito sentir.

Alberto Dias apresenta o seguinte requerimento:

«Requerio que sem prejuízo dos oradores inscritos se passe à aprovação do capítulo em discussão.»

Foi aprovado.

Silva Campos sintetiza a sua resposta aos oradores. Diz: Não se faz referência às conferências gráficas porque foram apenas de carácter local; não publica a verba dispensada à F. Calçado, Couros e Peles porque isso está dependente dumas contas ainda a saldar; não se diz qual a verba entregue à F. Marítima porque a verba entregue não foi para a realização do congresso corporativo; as referências ao congresso metalúrgico não tiveram um fim desprimosmo como se lhe atribue, mas apenas de informação; a não referência aos congressos de tanoaria reconhece que realmente houve omissão apenas filiada ao esquecimento. Depois destas explicações foi aprovado o capítulo 8.º

Silva Campos apresenta o seguinte documento:

«Proporho, em vista de o Congresso se encontrar com os seus trabalhos atrasados, que amanhã se realizem três sessões: a primeira principiará às 9 horas terminando às 12; a segunda, das 14 às 18 inclusive; a terceira, das 20,30 às 0 horas inclusive.»

Foi aprovada esta proposta, sendo em seguida suspensa a sessão. A próxima ficou marcada para as 9 horas de hoje. Prossegue na discussão do relatório do Comité Confederado, discussão que se iniciou às 12 horas.

O Congresso protesta energicamente contra as touradas

SANTARÉM, 25.—Reabre a sessão às 9 horas, procedendo-se à chamada. Os secretários têm saudações ao Congresso.

Tem a palavra para uma questão prévia Rosendo José Viana.

Fala sobre as touradas, insurgindo-se contra essa barbaridade, que só brutaliza os povos em vez de os desenvolver. Avisa o Congresso que no próximo domingo se realiza em Lisboa uma tourada em pontas propondo que se envie hoje um telegrama ao ministro do Interior protestando energicamente contra tal e manda para a mesa uma questão prévia, que concluiu:

1.º Afirmar a sua repulsa por todos os espectáculos bárbaros e em especial as touradas com ou sem touros de morte.

2.º Que em todos os concelhos onde existam Câmaras Sindicais ou Unões seja desenvolvida uma activa propaganda atinente ao completo desaparecimento das touradas.

3.º Enviar ao ministro do Interior um telegrama de protesto contra a pretendida corrida à espanhola a realizar no dia 27 em Lisboa.

4.º Apoiar a campanha nesse sentido levada à prática pela Liga Nacional de Defesa dos Animais, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas e Associação Protectora dos Animais.

Lê a assembleia um ofício da Liga Nacional de Defesa dos Animais em que pede o apoio a todo o operariado de Lisboa.

João Santos propõe que cada delegado fale apenas durante dez minutos da primeira vez, e cinco da segunda, o que foi aprovado por maioria.

Está em discussão o capítulo Cédula Pessoal.

João Miranda julga inútil a discussão procedendo-se à votação do capítulo que foi aprovado. Entrou depois em discussão o capítulo a Caderneta, sendo aprovado.

Sobre o capítulo «As greves» fala Joaquim de Sousa pedindo para aclarar o ponto sobre a greve metalúrgica de Lisboa, pois o relator não expoz este assunto com a devida clareza.

José Guerreiro Cambado diz que o relatório não menciona o auxílio prestado pelo proletariado de Beja aos grevistas de Aljustrel, não achando justo tal.

José Costa fala sobre uma greve dos manipuladores de pão a que o relatório não faz referência.

Santos Arranha pede a palavra para a seguinte questão prévia:

Atendendo à conveniência já reconhecida de se dar publicidade em livro de todos os



1.º esquerda, A. Borghi; à direita, Silva Campos, secret. geral da C. G. T., falando numa sessão; em baixo, um aspecto duma das sessões do Congresso

“A Batalha” vítima de uma calúnia

No julgamento dos revoltosos de 18 de Abril fizeram-se contra A Batalha graves acusações. Estamos habituados a ser maltratados pela tropa. Essas acusações já não nos causam emoção, apenas nos indignam pelos propósitos de que vêm animadas. E é contra esses propósitos que nos insurgimos neste momento.

Foi o major de Engenharia o sr. Abranches quem acusou. As suas palavras foram claras e nitidas; esperamos que as suas provas não o sejam menos.

O sr. Abranches declarou que A Batalha preparou a atmosfera e depois gratificou o atentado contra o sr. Raúl Esteves.

O sr. Abranches não pôde, se é um homem de brio e preza a sua dignidade, produzir uma acusação tão grave sem imediatamente provar que as suas palavras correspondem à verdade. Não o fez no tribunal, como devia. Esperamos, entretanto, que não faça demorar as provas de que A Batalha «preparou a atmosfera e gratificou o atentado contra o sr. Raúl Esteves.»

Temos a nossa consciência tranquila. Sabemos que se trata da mais vil calúnia com que até hoje temos sido atingidos na nossa isenção de adversários rudes, mas leais. Talvez o sr. major não esteja tão tranquilo de consciência como nós. Quando aqui fazemos uma afirmação, comprovamo-la. O major Abranches, que tanto ódio tem aos sindicalistas, deve primar em proceder com mais correcção do que eles, se lhe é possível. Já não andou bem em afirmar a monstruosidade que afirmou sem imediatamente a comprovar duma maneira ineludível. Não andou bem. Entretanto, esperamos que o nosso convite não seja esquecido.

Queremos que diga publicamente como, quando e com quanto gratificamos o atentado!

Queremos que prove duma maneira insofismável, duma forma tão clara, como clara foi a acusação, que nós preparamos a atmosfera para o atentado.

De contrário não é A Batalha que desce no conceito do publico que a lê e considera, é o acusador que se permite caluniar um adversário—só porque dum adversário se trata.

Venham as provas!

LÊR NA 2.ª PAGINA:

Uma carta de Miguel Correia pulverizando as acusações do major Abranches

«Requerio que a proposta do camarada Virgílio de Moura Santos baixe à comissão de pareceres.»

João Miranda, por sua vez, propõe que o capítulo «Pensões anuais» do relatório do Conselho Jurídico, baixe à comissão de pareceres a fim da mesma dizer se haverá possibilidade no aumento das referidas pensões.

Admitido, Ferreira da Silva refere que o requerimento de Viana seja extensivo ao documento de João Miranda. Foi aprovado juntamente com o capítulo em discussão, baixando aqueles documentos à comissão de pareceres. Discute-se agora o capítulo—«Auxílio aos perseguidos.»

Francisco Viana presta homenagem aos esforços do Secretariado Jurídico durante a sua gerência. Entende, porém, que os presos não têm tido a assistência necessária. Esse facto, reconhece, é motivado pelo pequeno número de elementos que compõem o

Secretariado. Para obviar a isso lembra que o futuro Secretariado Jurídico seja composto por maior número de elementos. O Congresso toma em atenção o alvite.

António Teixeira chama a atenção do Secretariado Jurídico para a situação deficitária que a delegação do Secretariado Jurídico atravessa. Quando fez parte desse organismo constatou esse facto que bastava inconvenientes acarretar ao desempenho da sua função de auxílio aos presos. Apela para que de futuro aquela delegação seja enviada as importâncias necessárias ao auxílio aos presos.

Alfredo Pinto esclarece que têm sido remetidas aquela delegação as importâncias correspondentes. A Teixeira adverte que apenas se referiu ao período em que fez parte da delegação do Norte. O capítulo em discussão é em seguida aprovado, o mesmo sucedendo ao capítulo «Demarches várias» que não sofreu discussão.

Vai agora apreciar-se um outro capítulo—«Alteração ao regulamento. Alfredo Pinto passa em seguida à sua leitura. O Congresso aprova este capítulo, fazendo o

mesmo ao último—Conclusão—que igualmente não sofreu discussão. Aprovado o relatório, os secretários têm os telegramas seguintes que se encontram sobre a mesa: de Marques Reis e Júlio Antunes, de João Miranda, Oliveira e Germinal e do S. dos Corticeiros de Silves.

O delegado da C. N. T., Avelino Gonzalez, pediu ao presidente que aclarasse que na sessão de ontem, como um jornal referiu, não disse que foi Blasco Ibañez que foi à Rússia, como delegado da C. N. T., mas sim Jesus Ibañez em 1921.

Entra em discussão o relatório moral e financeiro de A Batalha

Passou-se depois à discussão do relatório moral e financeiro de A Batalha.

Artur Aleixo de Oliveira, administrador do jornal, diz ao Congresso que a administração vem ao Congresso apresentar-lhe um simples relato do que foi a sua vida. Por ela se avaliará quão penosos têm sido para o jornal os triunfos que tem registado. Perseguições, injustiças, malsinacções, tudo tem vindo com a honestidade que lhe é peculiar e que é a suprema garantia do triunfo da sua causa.

Lê o relatório referido, cuja leitura a assistência acompanha com interesse. Não se fazem referências à publicação do suplemento literário e à revista Renovação e os transe que tem atravessado o jornal-dário. Presta-se igualmente homenagem a todas as entidades que têm carinhosamente auxiliado o jornal, destacando o esforço de Manuel de Figueiredo, um dos empregados da administração.

Como surgiram dúvidas sobre a forma como a discussão devia ser orientada, resolveu-se que se discutisse em conjunto a orientação do jornal e o relatório moral, inscrevendo-se grande número de congressistas.

O primeiro a falar é Virgílio Moura Santos, delegado da Associação dos Compositores Tipográficos. Afirmar que a revista Renovação não corresponde tecnicamente a uma revista artística.

Aleixo de Oliveira explica que a administração reconhece as deficiências apontadas. Mas elas de pronto não podem ser afastadas, como conviria. Procurará, todavia, a administração melhorar quanto possível o aspecto gráfico, de forma a dotar a revista com os necessários requisitos.

Santos Arranha manda para a mesa a proposta seguinte:

«Proporho que esta questão de ordem técnica dos órgãos de propaganda confederal baixe ao Conselho Confederado a fim de ser submetido a estudo.»

Felisberto Baptista justifica e manda para a mesa a moção que segue:

«Tendo a União dos Sindicatos Operários do Porto e ainda outros organismos integrados na C. G. T. pretendido publicar em A Batalha, órgão dos mesmos organismos, diversos trabalhos tendentes ao seu desenvolvimento, como sejam «teses» e ainda outros documentos que requerem publicidade para serem conhecidos e apreciados em Congressos Corporativos e Conferências Inter-sindicais;

Considerando que por parte da administração do citado jornal tem sido exigido a esses organismos o pagamento da publicação dos mesmos trabalhos, considerando-os como anúncios de carácter particular;

Considerando que não é justo nem lógico

que tal resolução se mantenha, pois que, contribuindo todos os organismos confederados com a sua cota para sustento do jornal se não compreende que ainda tenham de contribuir com novas importâncias para serem inseridos nas suas colunas os documentos que interessam em especial aos trabalhadores organizados;

Considerando ainda, que além do prejuízo material resultante de tal exigência para os organismos que têm de recorrer ao seu órgão para tal fim, se constata ainda os efeitos morais produzidos entre os seus componentes, pois que não aceitam de forma alguma tal critério, como ainda ultimamente se verificou numa reunião do Conselho Federal da U. S. O. do Porto quando da apreciação dum ofício da administração do jornal, sobre a publicação dos trabalhos a apreciar na conferência inter-sindical que aquele organismo pretendeu levar a efeito;

Considerando, finalmente, quanto maior for o desenvolvimento dos organismos operários, maior estabilidade terá também o seu órgão, reconhecendo-se portanto a imperiosa necessidade de este dar a maior publicidade a todos os assuntos que tendam a esse desenvolvimento e neste caso se encontram os trabalhos atrás citados, propõem ao Congresso o seguinte:

1.º que todos os trabalhos elaborados pelos organismos confederados e que tenham de ser apreciados em Congressos corporativos, conferências Inter-Sindicais ou conferências Nacionais, tenham publicação gratuita em A Batalha;

2.º que a regulamentação da citada publicidade fique a cargo da Redacção, que procurará em todos os casos inserir esses trabalhos no jornal sem prejuízo da restante matéria de que tem de ser composto o mesmo».

José Guerreiro Cambado lembra ao director de A Batalha o que se está passando em Beja no respeitante à campanha defecista.

M. J. Sousa diz que só agora lhe foi permitido responder a Virgílio M. Santos para lhe dizer e aos restantes congressistas que esses assuntos de ordem técnica não são das atribuições do congresso, no qual só se devem tratar o que a ele diga respeito.

João Gomes combate a inserção de anúncios de reclame a espectáculos bárbaros, como box, etc. Mesmo pagas não aceita a sua publicação, pois ela só contribui para o embrutecimento da classe operária. Há dias o orador viu publicado, também, um anúncio dum indivíduo que oferecia os seus préstimos depois das 19 horas. Este cavalheiro, prossegue, deve ser como tantos outros que depois de trabalharem num mister procuram colocar-se noutro, com prejuízo do que a esse mister pertencem e que não têm colocação. A inserção destes anúncios igualmente não é razoável. Manda para a mesa mais esta proposta:

«Proporho para que no jornal A Batalha não sejam publicados anúncios de espectáculos bárbaros como combates de box, etc.

Mais proponho que igual critério seja seguido para os anúncios enviados por indivíduos que, exercendo a sua actividade em determinada profissão, oferecem para trabalhar extraordinariamente em outros misteres, vindo assim prejudicar os desempregados que podiam exercer essas funções».

Foi admitida e entrou em discussão.

Falou em seguida Ernesto Bonifácio. Principia por se referir ao decréscimo da tiragem do jornal, utilizando-se dum número de que o relatório moral contém. Esse decréscimo, afirma, tem causa nos mesmos factos que motivaram a diminuição nos efectivos sindicais, ou seja ao facciosismo dos elementos dominantes.

Alguns congressistas manifestam-se desfavoráveis ao orador que prossegue apreciando a atitude do jornal face aos pontos de vista de tendência contrária.

Aludindo à moção de Felisberto Baptista manifesta-se de acordo com ela.

Um congressista em voz baixa:

—Ora até que enfim ele está de acordo com um documento estranho...

Rosendo José Viana contesta a afirmação de que descreceram os efectivos sindicais e envia para a mesa o documento seguinte.

O I Congresso Confederado, quando aprovou o relatório moral e material da C. G. T. reconheceu que os seus efectivos não diminuíram pela orientação seguida, e prossegue na ordem dos trabalhos.

Volta a falar Aleixo de Oliveira que prova a Ernesto Bonifácio quão de menos verdadeira tem a afirmação de que diminuiu a tiragem de A Batalha, esclarecendo que o jornal tem uma tiragem de 10.000 exemplares, média que mantém desde o seu início. Apenas nos períodos de crise de trabalho é que essa média decresce.

O congresso reconhece que «A Batalha» tem desempenhado brilhantemente a missão para que foi criada

Faustino Ferreira diz que A Batalha, não tem sido tão facciosa como A Internacional nas suas campanhas. O que se tem escrito no órgão operário contra os desmandos dos scissionistas não representa facciosismo, mas sim a defesa dos princípios porque se orienta a organização. E esses escritos, diz, não têm sido tão incisivos como era mister.

Occupando-se da proposta de João Gomes o orador concorda com ela, reconhecendo, embora, que por enquanto não podem dispensar-se anúncios.

Santos Arranha, na qualidade de director de A Batalha, reconhece legítima a discordância com a orientação do jornal. Ela nem sempre agrada, mas os discordantes que metam a mão na consciência e encontrarem a explicação. Explica em seguida os contrastos que o jornal tem que não lhe permitem a recusa da publicação de alguns anúncios. Este facto deve-se à circunstância da classe operária ainda não manter só por si o seu órgão.

Em seguida Santos Arranha afirma que o jornal não se desviou da orientação demarcada no Congresso da Covilhã que tem se,

Miguel Correia defende-se das vis acusações formuladas por um oficial do exército no julgamento do 18 de abril

Camarada redactor:—Na audiência de ontem, do Tribunal que julga os oficiais de 18 de Abril, foram produzidas pela testemunha de defeza do tenente-coronel sr. Raúl Esteve, o major sr. Joaquim Abranches, gravíssimas acusações contra a minha dignidade de homem, de ferroviário e de militante operário, acusações formuladas com tão acentuado cunho de aparente firmeza, que levou os jornais a reproduzi-las sob um aspecto de tão grande importância, que admirado estou o sr. Presidente ou Promotor de Justiça desse Tribunal, não terem mandado levantar um auto de tais acusações seguida da ordem de prisão preventiva contra a minha pessoa.

O major sr. Abranches, declarou em pleno tribunal, segundo o relato da imprensa que—apoiou-se o ferroviário Miguel Correia o instigador dos atentados contra os srs. Raúl Esteves e Salvador Viegas e de ser *A Batalha*, o jornal onde se fez a apologia desses actos, sendo pela mesma preparada a atmosfera de atentados e «gratificados os mesmos». Outras referências mais fez o sr. Abranches à minha acção à frente dos ferroviários do Sul e Sueste; «não sabendo que me tivesse acontecido sombra de mal».

Estas declarações foram intencionalmente comentadas e ampliadas pelo defensor dos acusados, sr. Cunha Leal, que indagou da testemunha se — esse Miguel Correia, que se apurou ser o instigador ao assassinio do sr. Raúl Esteves, não era o mesmo que foi recebido pelo chefe do Estado na manifestação a Belém—dando assim uma maior amplitude à acusação que me era formulada.

Ora cabe aqui dizer, que na audiência em que o tenente-coronel sr. Raúl Esteves produziu o seu libelo acusatório, na ocasião em que devia ter sido interrogado. Este sr., depois das delações que sobre a forma de acusação produziu contra camaradas seus no Exército e no momento em que se declarava credor dos benefícios, prémios e benevolências da República, afirmou que eu era o responsável pelo atentado de que foi vítima e pela greve do Sul e Sueste, não tendo visto procedimento algum contra mim, nem sabendo de procedimento algum contra mim, nem sabendo do processo que me foi instaurado devendo-lhe por isso a República uma satisfação que lhe não foi dada.

Reunindo esta acusação à do sr. Abranches e à ampliação que o sr. Cunha Leal desleal e publicamente me fez, fiquei perante o público como um vulgar facinoroso, sem restos de honrabilidade para continuar a merecer a confiança e a estima de tanto homem de honra e de carácter com quem me dou, em todos os campos políticos e sociais; é-me imposto pois, pela honra e pelas responsabilidades que tenho assumido na minha longa vida de militante ferroviário, à frente da classe a que pertencço e no seio da organização operária portuguesa, o legítimo desforço moral, perante o público, das acusações que o espírito político de três oficiais do exército me formulou; deturpando a verdade, esmagando a eloquência de factos produzidos e já devidamente averiguados e interpretando a interpretação de atitudes e orientações claramente tomadas e expostas, como processo e método de fazer diminuir as responsabilidades de homens, que se revoltaram contra os próprios poderes constituídos, cuja representação e respeito lhes estavam confiados.

Quando o sr. Raúl Esteves produziu as suas acusações contra mim, eu não as impugnei, por que respeitando a pesar de tudo a sua qualidade de reu perante a justiça militar, não quize com a minha contestação tentar fazer diminuir o valor dos seus tão apregoados serviços à República, prestados à frente do Batalhão que comandou. Resolvi aguardar serenamente a conclusão do julgamento, para depois mas só depois me defender; visto eu ter sempre defendido a opinião de que os oficiais materialmente vencidos em 20 de Abril, deviam ser imediatamente amnistiados e postos em liberdade, por coerência e por conveniência política do próprio regime republicano. Em presença porém, da repetição e ampliação das acusações do sr. Raúl Esteves, feitas pelos srs. Abranches e Cunha Leal, testemunha e advogado de defeza do primeiro não têm razão de persistir os meus anteriores e justificados escrúpulos.

A contestação a que contra mim foi afirmado, começa logo pela ordem de captura dimanada do governo António Granjo após a declaração da greve do Sul e Sueste em 30 de Setembro de 1920, ordem de captura que foi mantida pelo governo Liberato Pinto, não tendo sido por consequência ordenada a minha prisão pelos atentados produzidos, mas sim, unicamente, por motivo da greve declarada naquelas linhas e de que me quize fazer à força o responsável. Tanto isto é verdade que eu era o único elemento ferroviário que estava impedido de conferenciar com o governo sobre as negociações para a solução da greve, sendo todos os outros elementos dirigentes recebidos pelo ministro do Comércio e Presidente do Ministério em pleno período grevista.

A minha prisão, a que também o sr. Abranches fez referências, não foi o resultado dum pista que a sua argucia ou dos restantes oficiais tivessem achado, mas sim o resultado da imprevidência dum ferroviário, que foi preso no Barreiro e que conservava escondido num dos bolsos do colete, um pequeno apontamento com a indicação da rua e número do prédio onde me achava refugiado. Desde a declaração da greve em 30 de Setembro de 1920, todo o Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, Polícia de Segurança do Estado, Polícia de Investigação e Cívica, tinham ordem de captura contra mim e me procuravam activamente. Tendo eu sido preso em 15 de Fevereiro de 1921, mediarão por consequência 135 dias entre essa ordem e a sua execução. Ainda durante este tempo fui chamado a conferenciar secretamente—sob a garantia dum salvo conduto—com um oficial do exército da confiança do sr. Raúl Esteves e que no Barreiro desempenhava as funções de administrador do Concelho, conferência realizada sobre as possibilidades de ser solucionada a situação que estava criada.

Como e onde foi pois que o sr. Abranches ordenou a minha prisão devido aos atentados?

Mas vamos ao ponto culminante da questão. Preso incidentalmente no quarto que alugara em casa dum antigo ferroviário e meu amigo pessoal ao tempo agente da investigação Criminal, eu fui conduzido para o quartel de Sapadores de Caminhos de Ferro onde fiquei incomunicável. Sucedeu até que a minha entrada na sede do Batalhão e a de outro ferroviário que comigo ia preso deu lugar a uma ruidosa manifestação de alegria entre os oficiais havendo na respectiva «mesa» uma troca de taças; em homenagem aos oficiais que efectuaram a prisão—como foi declarado pelo sargento que nesse dia estava à guarda do quartel.

Permaneci incomunicável aproximadamente um mês, tendo a minha prisão no Batalhão durado 51 dias.

Em poder do sr. Raúl Esteves e dos seus oficiais, guardado e vigiado pelos seus soldados, quando iniciaram os meus interrogatórios verifiquei que me incluíam em dois processos diferentes. Um sobre uma pretendida coligação militar com os ferroviários que foram mobilizados, a cargo do então capitão sr. Relvas, outro, sobre as sabotagens cometidas durante a greve e pretendida responsabilidade nos atentados produzidos, a cargo do sr. Joaquim Abranches ao tempo também capitão. Neste último processo estavam incluídos além da minha pessoa mais três ferroviários como supostos implicados nos atentados e o actual deportado José Gomes Pereira (Avante).

Feitas as averiguações e conduzidos todos os interrogatórios sob o critério, orientação e desconfiança do sr. Abranches, que tinha por escrivão o alferes sr. Mendes, (sobrinho do sr. Raúl Esteves) o processo foi concluído e enviado comigo e com os restantes três ferroviários para a primeira Divisão do Exército, sendo ordenada pela judicial militar que os supostos arguidos fossem imediatamente postos em liberdade, «por nada haver no processo organizado, pelo actual major, sr. Joaquim Abranches, que os compromettesse».

Sendo o sr. Abranches, como ainda é, um oficial da confiança e intimidade do sr. Raúl Esteves e o sr. Mendes, sobrinho deste, porque é que foi ordenada a soltura dos indivíduos arguidos nesses processos que estes senhores organizaram?

O referido processo está arquivado na repartição da Judicial Militar da 1.ª Divisão do Exército.

Não tendo pois, sido apurada responsabilidade alguma sobre mim, sobre os restantes três ferroviários ou até mesmo sobre o próprio «Avante»; a propósito dos atentados no processo em que foi instruído militarmente, como é que o major sr. Joaquim Abranches averiguou a responsabilidade que me atribui que só agora proclamou no Tribunal da Sala do Risco? Onde e como? O que o sr. Abranches averiguou foi precisamente o contrário do que agora veio afirmar. De outra forma a 1.ª Divisão do Exército teria pronunciado os arguidos e tê-los ia enviado para o Limoeiro.

Estando o processo ainda em questão no arquivo da Judicial Militar e sendo um processo oficialmente organizado nos gabinetes do quartel do B. S. C. F., como é que o sr. Raúl Esteves se apresenta com o direito a uma satisfação por parte da República, quando tal satisfação lhe foi dada com a organização desse processo? E como justifica o

guído com firmeza e gallardia. *A Batalha*—diz—também não combate a revolução russa, mas sim os erros do governo soviético, o que é diferente.

Ernesto Bonifácio:—Porque só foi publicado parte dum documento sobre a Rússia que há tempos foi enviado para o jornal?

Santos Arranha:—Porque só convinha a parte publicada!

O Congresso aplaude a resposta.

Santos Arranha termina declarando que o original enviado ao jornal é escrupulosamente respeitado quando dentro do espírito do jornal.

Joaquim do Carmo lê a seguinte moção de ordem:

«O Congresso reconhecendo que a *Batalha* não se tem desviado da missão para que foi criada e antes a tem mantido brilhantemente, resolve: aceitar com boa e consentânea a sua orientação e segue na ordem dos trabalhos».

Manuel Nunes requer a imediata votação da moção de Joaquim do Carmo. Aprovado. Procede-se à votação do documento referido o qual é aprovado, e igualmente a orientação e relatório moral de *A Batalha*. O presidente explica que só dará a palavra aos congressistas que quiserem tratar do relatório financeiro.

A pesar desta advertência são ainda enviados para a mesa os documentos que seguem:

«Considerando que é de grande necessidade desenvolver a organização sindical, bem assim aperfeiçoar as suas células orgânicas e de propaganda;

Considerando que o órgão *A Batalha* é insuficiente para satisfazer as necessidades do Norte e Sul e ainda que nada impede que a administração de *A Batalha* faça a experiência dum edição no Norte do mesmo jornal;

Propomos: Seja estudada pelo futuro Comité Confederal e Administração a possibilidade desse desdobramento, satisfazendo assim os desejos do proletariado do Norte que constantemente se vêm queixando desta lacuna.

—Saúl de Silva, do Sindicato Metalúrgico do Porto; M. J. Pereira Braga, da União dos Empregados do Comércio no Porto.

«Tendo em atenção que algumas notícias e convocações de alguns sindicatos, enviadas à redacção de *A Batalha* têm sido por vezes resumidas e até mesmo cortadas, proponho que o camarada director do nosso jornal, de futuro se esforce para evitar tais anomalias».

«Requerio, que se dê a matéria por discutida, com prejuizo dos oradores inscritos, procedendo-se desde já à votação dos documentos que se encontram sobre a mesa e com eles os assuntos em debate».

Este requerimento foi aprovado. Votou-se seguidamente o relatório e os documentos apresentados por Inácio Teixeira Bastos e por Rosendo José Viana. Depois foi lida a seguinte declaração:

«O delegado representante da U. S. O. de Portimão declara que se *A Batalha* não tem uma maior expansão, isso é devido a não poder ser distribuída gratuitamente por todo o país, como o faz o jornal *A Internacional*».

Esta declaração provoca risos da assistência. Como estavam discutidos os assuntos propostos para a 2.ª sessão que durou 17 horas e meia e votou 75 documentos, foi eleita a mesa que deve dirigir os trabalhos da 3.ª sessão, a qual ficou composta por: Ernesto Bonifácio, S. dos Alfiates de Lisboa; Pereira Braga, União dos E. no Comércio do Porto; João Gomes, S. U. Construção Civil de Lisboa, respectivamente, presidente e secretários.

Antes de ser encerrada, lerónimo de

mesmo senhor a sua ignorância sobre a existência do processo, no arquivo dum Repartição Militar?

Desfeita a parte mais grave da acusação que me foi feita, resta neste ponto um esclarecimento: Como estava incluído em dois processos, a 1.ª Divisão do Exército mandou-me pôr em liberdade em 6 de Abril de 1921, pelo processo que esteve a cargo do sr. Abranches, mas pronunciou-me pelo que o major sr. Relvas instruiu—enviando-me para o Limoeiro como suposto implicado na coligação militar que se produziu durante a greve do Sul e Sueste.

Eis todo o crime porque cheguei a ser judicialmente pronunciado. No Limoeiro estive apenas 8 dias, sendo atingido pela amnistia que a República concedeu aos monárquicos que fizeram a revolução de Monsanto e a traulitânia, sendo posto em liberdade em 14 de Abril de 1921.

Toda a acusação do sr. Abranches gira afinal à volta dum artigo que *A Batalha* publicou em 8 de Janeiro de 1921, com o título: *As consequências dum obra de perseguições*, artigo por mim firmado, no qual atribui as causas dos atentados aos actos de violência cometidos no Sul e Sueste contra os ferroviários após a greve e onde ao mesmo tempo expunha a minha discordância com esses atentados e os motivos dessa discordância. Este artigo fez parte da série de artigos que, após a greve do Sul e Sueste, publiquei em *A Batalha* contra a acção militar nos caminhos de ferro.

Ora um artigo onde se põe uma opinião e um princípio, não pode servir de causa a um acto que o mesmo artigo combate, acrescentando a circunstância desse artigo ter sido publicado depois dos atentados sendo escrito apenas para os apreciar.

Nem *A Batalha* por si nem eu por meu intermédio preparamos qualquer atmosfera criminosa. Se preparação houve, ela foi feita pelo próprio sr. Raúl Esteves e seus oficiais, com as violências e as perseguições que puzeram em prática nos caminhos de ferro do Sul e Sueste.

Onde está pois a substância das acusações feitas para justificar a exploração política que sobre ele fez o sr. Cunha Leal?

Será a parte que se refere à minha ida a Belém, o que o sr. Cunha Leal considera crime?

Eu fiz parte dessa manifestação, não para apoiar qualquer político, mas unicamente para dar satisfação à resolução dos ferroviários do Sul e Sueste tomada em assembleia geral de se fazerem representar e tomarem parte em toda a acção a exercer e manifestações a produzir, contra uma possível ditadura ou contra os movimentos políticos conservadores, destinados a asfixiar as liberdades públicas. A minha ida a Belém foi pois no desempenho dum missão colectiva.

Se o chefe do Estado me apertou a mão, fê-lo em igualdade de tratamento com os restantes comissionados e não por qualquer conhecimento pessoal. De resto, apertando a minha mão, o sr. Teixeira Gomes apertou a mão dum homem digno e honesto, que não tem confrontos com qualquer homem de carácter, capaz de manter uma atitude?

A classificação de desordeiro que me foi também dada como conclusão do critério formulado pelo sr. Cunha Leal, não pode ser comportada pela conduta moral de toda a minha vida e basta que a devolva à procedência, por poder provar com facilidade que toda a minha acção no campo ferroviário e operário têm sido tendentes a evitar conflitos e amortecer paixões.

Resta a esta contestação, a parte que se refere à acção tão apregoadada do B. S. C. F. nas greves ferroviárias e que agora está servindo para apoiar os ataques que na Sala do Risco se têm feito à República e ao proletariado.

O que fez o B. S. C. F. no Sul e Sueste? Apenas isto: Durante a greve—70 dias—não conseguiu normalizar um único serviço, nem mesmo o de comboios, destruiu as locomotivas e parte do material circulante, inutilizando todos os esforços empregados anteriormente para aguentar o pouco, mas ainda útil, que existia. Durante esses 70 dias os caminhos de ferro do Sul e Sueste estiveram positivamente a saque, fazendo-se vendas clandestinas por toda a parte de artigos roubados dos vagões, mercadorias, lençóis, carvão, sabão, etc. Foram tão notórios estes factos que alguns autos foram levantados, sendo o melhor testemunho as inúmeras reclamações apresentadas à direcção havendo algumas delas que ainda se encontram por liquidar. Que o digam as casas expendedoras se neste momento têm hombridade para isso.

Os prejuizos ocasionados ao Estado pelo célebre B. S. C. F., durante a greve de Setembro de 1921, foram superiores a «trinta mil contos», como provei na série de artigos atrás citados.

Contudo, além de assumir a inteira responsabilidade do que aqui afirmo, perante o público e os tribunais, dou como testemunha do «belo serviço» feito pelo B. S. C. F., o ex-ministro do Comércio, sr. Velhinho Correia. Ele que o diga, que foi uma vítima inolada aos caprichos do sr. Raúl Esteves e que moral e politicamente só imposições recebeu dos oficiais desse Batalhão, por intermédio do já falecido e então presidente do ministério António Granjo.

Essas imposições foram até ao ponto de se impedir a solução da greve como o governo desejava, para se dar uma satisfação ao batalhão «herói» e foi mandado ocupar os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, com a missão de impedir a declaração da greve, que foi declarada depois de dez dias de ocupação militar, com tropas na linha, nas estações, armazéns, depósitos de máquinas, telegrafos, locomotivas, etc., declaração feita em pleno dia, pelas 17 horas, só dando os oficiais por tal quando os serviços já estavam paralisados e as máquinas e vapores sabotados.

São estes os serviços brilhantes do sr. Raúl Esteves prestados à República e ao Estado republicano como comandante do B. S. C. F. E' d'iste último facto que vem todo o ódio desse senhor e dos seus oficiais contra mim e meus camaradas.

Devo ainda lembrar que o meu estóio moral é sólido. Através das mais graves acusações e nos períodos mais agudos, preso e perseguido, não delatei um único dos meus camaradas, nem mesmo nenhum dos meus adversários, para me escapar a responsabilidades que me fossem assacadas, por actos por mim cometidos. As minhas melhores testemunhas para esta afirmação são o próprio major sr. Joaquim Abranches e o major sr. Relvas. Fui até ao ponto de me recusar, mesmo sob o aspecto de defeza, a relatar o que sabia sobre as célebres lenhas do Vale do Sado, quando preso e a isso fui convidado pelo sr. Abranches. Respeitei mesmo os galões dum capitão do exército poupando-o numa questão de honra militar, recusando entregar o documento que possuía e que o mesmo sr. Abranches queria juntar aos autos.

Em 19 de Outubro provei bem quem era, cumprindo um dever moral que a minha dignidade me impunha, defendendo algumas vidas, pelo que recebi as homenagens de várias pessoas incluindo no número o tenente coronel sr. Areias, ex-membro do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado.

Não me pesa até hoje responsabilidade alguma sobre os ombros, por ter atentado contra a vida e segurança dum população, com o fim de fazer vingar ideias ou pontos de vista consubstanciados na causa que defendo.

Ao sr. Cunha Leal devo lembrar que este Miguel Correia é não só o da manifestação a Belém, o ferroviário e militante do Sul e Sueste, como aquele que nessa qualidade teve várias conferências com o director geral dos Caminhos de Ferro, Cunha Leal, nomeado pelo falecido ex-ministro das Substâncias e Comunicações Machado de Santos—em 1918.

Sou o mesmo Miguel Correia, que após o triunfo republicano de Monsanto, na manifestação que os ferroviários levaram a efeito em frente do Parlamento, procurou e acompanhou o caudilho—nessa época—da causa popular, Cunha Leal, que produziu das janelas do palácio do Congresso, perante a multidão, um hino de revolta popular, proclamando o povo o único e verdadeiro soberano.

Sou, afinal, o mesmo Miguel Correia que conta com o ódio daqueles homens, a cujo número pertencem os srs. Cunha Leal, Raúl Esteves e Joaquim Abranches, que a falta dum única ideia generosa de liberdade a germinar-lhes nos cérebros, são iluminados pelas mais tenebrosas ideias de repressão, de extermínio das aspirações populares.

Sei o que sou, o que quero e o que me espera se os homens que, como reis, acusaram toda a gente no Tribunal da Sala do Risco do Arsenal da Marinha, um dia triunfaram. Mas também sei que posso honestidade, coragem e convicções bastantes, para me bater em todos os campos contra as pretensões iníquas desses homens.

Miguel CORREIA

Ex-Secretário Geral da Federação Ferroviária e do Sindicato do Sul e Sueste

Sousa, ainda a propósito do incidente ocorrido no princípio da sessão com o repórter do *Século*, manda para a mesa a seguinte declaração:

«Declaro que não protestei contra a reportagem de *A Batalha*, mas sim que não me conformei com a atitude que se estava tomando para com os redactores presentes, porquanto os extractos de *A Batalha* também contém inexactidões como se verifica no extracto de hoje, na parte referente ao discurso do delegado da F. Rural».

3.ª sessão

Abriu às 17.45 horas, com a mesa eleita na sessão anterior.

Cenou-se do relatório do delegado ao Congresso de Amsterdam.

Foi curta a sessão em virtude da aprovação dos dois documentos que vão ler-se, que foram votados sem discussão.

«Moção de ordem.—Considerando: Que o Relatório do delegado da C. G. T. ao Congresso da A. I. T. é muito explícito, satisfazendo, por isso, os desejos de todo o operariado organizado que, isento de ambições políticas, aspira a uma sociedade livre e perfeita;

Que, tendo em atenção os assuntos debatidos nesse Congresso, e bem assim a atitude do nosso delegado,—e, atendendo a que as manifestações do Congresso Confederal, quando da discussão do capítulo do relatório moral do Comité Confederal, foram significativas em demasia, visto que demonstraram uma satisfação intensíssima por parte do proletariado organizado para com a A. I. T.;

Propomos que o Relatório em discussão seja votado por aclamação passando-se à apreciação dos restantes números da ordem dos trabalhos.—Alves Pereira, delegado dos Litógrafos do Porto; Saúl de Sousa,

delegado do Sindicato Metalúrgico do Porto.

«Requerio a imediata votação da moção apresentada pelo camarada Saúl de Sousa.

Manuel Nunes, pelo S. U. Mobilário de Lisboa».

O relatório foi votado por aclamação. Manuel Nunes requer que a mesa que dirigirá os trabalhos da 4.ª sessão tenha a mesma constituição da que dirige os trabalhos desta. Aprovado.

A requerimento de Faustino Ferreira a proposta é aprovada e com ela todo o relatório moral.

Por pergunta da presidência o Congresso resolve discutir aparte o relatório do delegado ao Congresso da A. I. T.

A requerimento de Silva Campos é resolvido discutir em conjunto o relatório do Conselho Jurídico e o de *A Batalha*.

João Miranda pergunta se o relatório financeiro da C. G. T. não é discutido após o relatório moral. O Congresso concorda.

Silva Campos elucida que os mapas do movimento económico confederal não foram publicados mais descriminação por absoluta falta de espaço de *A Batalha* e passa à sua leitura, cujo resultado já é do conhecimento de toda a Organização.

Rosendo Viana requer que seja lido o parecer da comissão revisora das contas da C. G. T., o que é aprovado.

Silva Campos informa que não é possível apresentar o parecer imediatamente por não estar presente, o que se fará numa sessão futura. E' posto à discussão o relatório financeiro.

João Miranda manifesta-se satisfeito pela forma como o comité dá contas ao Congresso da maneira como administrou o dinheiro dos trabalhadores, o que vem provar que a Central Operária não tem diminuindo de volume moral e material, desmentindo assim os seus detractores que afir-

mam estarmos em decadência. Faz votos que de futuro assim suceda para aniquilarmos os mal intencionados.

João Timóteo de acordo com o orador antecedente refere-se à verba dispendida com a solidariedade internacional e lamenta que uma comissão nomeada para angariar donativos para auxílio de um camarada estrangeiro não tivesse conseguido aliviar o cofre confederal. Só pelo relatório financeiro se prova o quanto de caluniosa tem sido a campanha dos políticos da última hora. Faz votos de que todos os congressistas vão para as suas localidades referir o estado progressivo da C. G. T.

A. Fernandes Júnior pergunta se a Federação Marítima já pagou o seu elevado débito à C. G. T. visto que o seu sindicato, o dos Descarregadores de Mar e Terra de Almada, nada deve a essa Federação.

Silva Campos deseja que de futuro a missão dos comités seja facilitada. A forma como se administram os dinheiros dos trabalhadores deve merecer muita atenção, visto que é por ela que se aquilata da honestidade dos homens e dos progressos da Organização. Agradece mas não aceita elogios.

José Francisco espera que a apresentação de contas sirva à dissipação de dúvidas que pudessem existir da parte dos representantes dos sindicatos marítimos, dúvidas provavelmente provocadas por um artigo do jornal corporativo *O Marítimo* em que se insinuava que a C. G. T. malbarata os dinheiros das cotizações. Incita os delegados marítimos a irem para os seus sindicatos dizer da forma como lhe foram dadas contas e procurem que eles forcem a Federação Marítima a pagar à C. G. T. o seu débito, porque para isso está habilitada.

Teixeira Bastos refere-se também à propaganda defectista dos que não escrupulizam em pagar os seus débitos, especialmente a Federação Marítima e apresenta a seguinte moção:

«Apreciado o relatório financeiro do Comité Confederal da C. G. T., atendendo a que o total do débito dos diversos organismos à mesma C. G. T. é excessivamente elevado e ainda que este facto pode dar motivo a abusos de outras colectividades, o Congresso resolve:

1.ª. Que o novo comité a eleger convide os organismos devedores a liquidarem os seus débitos no mínimo espaço de tempo possível.

2.ª. Caso os referidos organismos não liquidem os seus débitos no prazo que o Conselho Confederal determinará e deixando sem resposta o convite que lhe for feito, sejam publicados os nomes dos mesmos organismos, assim como as quantias em débito. Aprovado».

Ferreira da Silva requer a votação do relatório financeiro, com prejuizo dos oradores inscritos, o que é rejeitado.

Um requerimento de João Gomes, para o mesmo fim, mas sem prejuizo dos oradores inscritos, é aprovado.

José de Almeida afirma-se satisfeito pela forma como a C. G. T. deu contas ao Congresso, desfazendo insinuações. A manifestação do Congresso deve servir de incentivo ao futuro Comité e este por sua vez deverá influir para que assim se proceda nos sindicatos.

Rosendo Viana refere-se à boa ordem em que a comissão revisora de contas encontrou a escrita económica confederal e apresenta a seguinte moção:

«O Congresso, reconhecendo que a administração da C. G. T. foi o mais escrupulosa possível, segue na ordem dos trabalhos».

Foi aprovada a moção com o relatório financeiro.

A moção Teixeira Bastos é também aprovada.

As consultas jurídicas na capital do Norte

Alfredo Pinto começa a ler o relatório do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e de Solidariedade, já publicado em *A Batalha*.

O Congresso resolve dispensar a leitura e passar à apreciação do mapa de auxílio e assistência.

João Timóteo diz reconhecer que o Secretariado não tem podido corresponder às exigências e manda para a mesa a seguinte moção-proposta:

«Considerando que as consultas jurídicas que se realizam no Porto não são de molde a satisfazer as necessidades dos trabalhadores daquela cidade; que por vezes o advogado não tem clientes e este facto representa perda de tempo; que por vezes os operários precisam consultas rápidas e não podem utilizar-se do advogado do Conselho Jurídico, por este só uma vez por semana poder ir ao Porto e sendo aqueles prejudicados, proponho:

«que a delegação do Secretariado Nacional de Assistência Jurídica e de Solidariedade que funciona junto da U. S. O. do Porto, seja autorizada a conseguir um advogado permanente».

João Miranda requer que todos os documentos, que insiram matéria nova sobre o assunto baixem à comissão de pareceres. J. Inácio Martins defende os desejos da Organização do Porto por estarem conformes com uma resolução do Congresso do Porto.

Lopes Jorge repara que o Secretariado não atendeu a um caso de inquilinato passado na Covilhã e para o qual fora chamada a sua atenção, o que obrigou o Sindicato Textil a pagar a assistência jurídica por sua conta.

Jerónimo de Sousa discorda de João Miranda e entende que deve discutir-se tudo o que diga respeito ao assunto. Afirma que o Secretariado procurou ter um advogado no Porto e como não o conseguiu tem enviado advogado de Lisboa.

Teixeira Bastos diz ser preciso um advogado permanente para o Porto e arredores. Santos Júnior entende que a assistência deve ser descentralizada de forma a satisfazer-se para isso delegações em vários pontos do país.

Jerónimo de Sousa, sobre o modo de votar o requerimento de J. Miranda, julga dispensável tomar uma resolução nova, visto existir já nesse sentido o voto do Congresso da Covilhã.

João Miranda retira o requerimento. O presidente informa o Congresso ter já recebido, durante a sua presidência, 58 documentos.

Saúl de Sousa, refere um caso sucedido em Viana do Castelo e que originou uma indisposição dum sindicato dali com a C. G. T. para demonstrar a conveniência de atender às necessidades gerais.

Apresenta o seguinte moção:

«Em virtude de em algumas localidades da província não ser possível instituírem-se Secções do C. Jurídico, proponho:

Que aos Sindicatos dessas localidades seja facultado o direito, quando um seu componente necessite consultar um advogado, o faça enviando em seguida o recibo das despesas ao Conselho Jurídico».

David D. Pires também descia um advo-

Últimas notícias

O CONGRESSO CONFEDERAL

Foi criado um "Conselho Técnico de Salubridade Profissional" O Congresso prossegue

(Do nosso enviado especial)

SANTARÉM, 27.—(Pelo telefone)—A sessão da tarde ocupou-se quase toda na discussão das alterações aos estatutos confederais que foram aprovados com algumas emendas.

Foi aprovada uma moção no sentido de se realizar no dia do aniversário da morte de Ferrer uma intensa propaganda anticlerical.

Com a aprovação destes trabalhos encerrou-se a quarta sessão.

5.ª sessão

A quinta sessão realizada à noite discutiu a tese «Cámaras e Juntas Sindicais», que foi aprovada com pequenas emendas.

Também foi aprovada a tese «Crise de trabalho e horário» com pequenas emendas. Foi admitida a exposição «Trabalho nas prisões» apresentada pela Federação Mobilária.

Foi aprovada uma moção no sentido de ser dada execução ao que se contém nessa exposição.

A seguir iniciou-se a discussão da tese «Higiene Industrial» à qual foram introduzidos mais dois números.

Com a aprovação desta tese ficou criado o «Conselho Técnico de Salubridade Profissional».

Em seguida passou-se à discussão da tese «Trabalho das Mulheres e Menores».

A discussão desta tese foi muito animada. O congresso não encerra hoje.

Nas sessões do congresso, principalmente nocturnas, tem-se feito representar largamente o povo de Santarém, vindo-se entre os assistentes muitas pessoas das profissões liberais, como médicos, advogados, comerciantes, professores, etc.

de Sousa, ressaltando os prováveis abusos. Faustino Ferreira apresenta a seguinte moção:

«Atendendo a que vários delegados já se manifestaram sobre um delegado permanentemente no Norte,

Atendendo a que o Congresso da Covilhã já se manifestou nesse sentido,

O Congresso resolve:

1.º Que o conselho jurídico ponha em prática o assunto em questão;

2.º Que esse advogado fique encarregue de dar consultas nos arredores do Porto segundo as condições a estudar e a resolver.»

Vital José diz que já por falta de assistência jurídica na província, um trabalhador rural teve que recorrer a um advogado particular cuja despesa o Secretariado custeou, podendo este procedimento tornar-se extensivo de todos os casos e a todas as localidades. Alfredo Pinto pelo Secretariado dá explicações.

José Mateus Graça refere que em Portimão os trabalhadores pretendem que se dê ao professor Buizel atribuições de advogado para o que lhe tem carta de procuração, podendo para casos especiais, o Secretariado enviar os seus advogados.

João Gomes refere a votação do relatório e que as emendas sejam feitas no próprio estatuto, o que foi rejeitado.

A requerimento de Carlos de Araújo, foi aprovada a proposta de Saúl de Sousa e com ela o relatório do S. N. A. J. S.

A sessão foi encerrada às 12 horas.

Rectificação:—Por lapsos na reportagem de ontem passaram umas inexactidões que a bem da verdade urge rectificar. Assim na proposta—saída dos representantes dos organismos gráficos ao Congresso Confederal, o primeiro considerando que diz:—«considerando que a reacção capitalista para não na sua fúria, deve ser—considerando que a reacção capitalista não para na sua fúria.

Também na passagem em que o Congresso apreciou a atitude da Federação Marítima, onde se lê «João Joaquim Candieira, pela Federação Rural, associa-se à moção da Federação Marítima—», deve ler-se, em vez de Federação Marítima, Federação Metalúrgica.

Contra a reacção nacional e internacional

Santarém, 25.—A terceira sessão reabriu pelas 17 horas, com a mesma constituição de mesa. Manuel Joaquim de Sousa em nome da Comissão Organizadora leu a seguinte moção que não estava incluída na ordem dos trabalhos:

«O I Congresso Confederal (IV nacional), reconhece a necessidade de demarcar a posição do proletariado português organizado perante os fenómenos económico-sociais que no momento agitam o país e o mundo.

No país verifica-se, como sempre, o mal estar respeitante, fundamentalmente, das condições em que assenta o direito de propriedade individual como garantia jurídica da usupação da riqueza comum em proveito da minoria privilegiada, mas particularmente das condições de egoísmo estreito em que a produção e a distribuição são realizadas no terreno industrial.

O choque permanente das ambições que no terreno governamental gera um ambiente favorável às paixões que dividem os indivíduos e os agrupamentos políticos revela apenas a incapacidade administrativa nos domínios do Estado e o resvalamento para o caos do sistema autoritário do capitalismo.

A intensificação da propaganda religiosa com manifestações públicas, a adaptação da Igreja a todas as modalidades evolutivas da sociedade, a pretensa harmonização das doutrinas teológicas com as verdades da ciência, o trabalho permanente das crianças desde as pequenas aldeias às grandes cidades, tudo tomado quando não auxiliado pelo Estado laico e por repúblicas livres-pensadoras mas burgueses, demonstram visivelmente que é a conservação da ignorância e o acrescimento da superstição a base de apoio em que assenta moralmente a injustiça social e a infelicidade humana.

No campo internacional a reacção apresenta-se igualmente sob todos aqueles aspectos, agravado nos países em que impera a ditadura oligárquica dum partido ou do militarismo e que ameaça os restantes como recurso extremo da consolidação dos privilégios do capitalismo, um dos quais é Portugal.

A reacção conservadora da burguesia, apoiada nos três poderes, económico, jurídico-político e religioso desenvolve-se como oposição formal e permanente contra todas as aspirações de bem-estar e liberdade que as classes trabalhadoras pretendem conquistar no terreno da luta de classes, ainda que haja de negar verdades científicas, sociológicas, demonstradas no vasto campo experimental da evolução humana e de exercer a mais feroz perseguição, especialmente nos países de maior intensidade proletária e revolucionária.

Agora, como no passado, é a lei do mais forte que pesa sobre o mais fraco, do usurador contra o expoliado, da mentira contra a verdade, do capital-senhor contra o trabalho-escravo—a injustiça social predominando, arrogante e feroz, sobre as multidões produtoras, nos campos e nas cidades de todas as utilidades necessárias à vida humana, e que, em constantes manifestações de vitalidade emancipadora e libertária, afirmam o seu direito à existência e à liberdade.

E assim, vis-a-vis da mais forte reacção capitalista conservadora dos últimos anos, o I Congresso Confederal (IV Nacional) realinhando o critério da organização sindicalista do operariado português contra o Estado e o capital, declara não esperar da munificência de qualquer governo a promulgação de medidas tendentes a modificar para melhor as misérrimas condições de vida económica dos trabalhadores, confiando apenas nas faculdades congénitas da sua acção.

O Congresso repete todo o compromisso com os partidos políticos, mesmo da esquerda ou avançados, nas suas lutas para a conquista do poder embora que por cessos revolucionários, por reconhecer que as ilusórias vantagens democráticas se convertem em cadeias fortes com as quais os indivíduos e os organismos consolidam o Estado e o capital.

Esta atitude não exclui a acção do proletariado português contra todas as tentativas reaccionárias—civis, militares ou religiosas—com objectivos ditatoriais, pois em tal caso não deve hostilizar a oposição democrática dos partidos des-esquerdas e em caso de tentativas de imposição pacífica ou revolucionária, da ditadura, seja qual for o seu carácter, opor-se-lhe por todos os meios revolucionários, independentemente de quaisquer outros agrupamentos e com as suas próprias forças.

O Congresso afirma que só em regime de plena liberdade de expressão de pensamento, falada ou impressa, de associação e de reunião se poderá elaborar um trabalho preparativo de transformação económica e de renovação social e que aquelas garantias só poderão gozar-se pela pressão exte-

rior das grandes massas proletárias organizadas, na luta permanente dentro das características expressas pelo sindicalismo revolucionário e libertário.

Esta moção por proposta de João Miranda foi aprovada por aclamação.

Entra em-segunda na apreciação da tese Organização Social Sindicalista.

Silva Campos lê o preâmbulo, que é aprovado.

Felipe Baptista refere que o Congresso entre imediatamente na discussão na especialidade, o que é aprovado.

Rozendo José Viana, em nome da C. S. T. de Lisboa apresenta a seguinte emenda:

«Onde se diz «deve partir do local de trabalho, se acrescenta: «e de profissão produtiva.»

Silva Campos opina que se acrescentar comités de oficina; advoga, porém, o critério de que o aditamento seja: Conselhos de oficina, ficando assim constituído.

O delegado espanhol González propõe ao Congresso, como necessária, a organização de comités de estatística para proceder à elaboração de trabalhos estatísticos de produção, matérias primas, consumo, etc. Explica ao Congresso as vantagens que tal traria e propõe que se estude o caso.

Como fossem horas de encerrar a sessão, um grupo de congressistas requerer que esta se prorrogasse até às 19 horas, o que foi aprovado.

Faustino Ferreira refere que se dê o preâmbulo como discutido e se entre na apreciação da alínea a).

Silva Campos lê a 1.ª alínea; Miranda, propõe que seja lido capítulo por capítulo, e Ferreira da Silva propõe que a tese seja discutida número por número considerando-se estes aprovados desde que não incida sobre eles discussões.

Manuel Joaquim de Sousa propõe que ao primeiro capítulo se acrescenta:

«Conselhos sindicais de fábrica e comités de oficinas, como sub-múltiplos do sindicato e como múltiplos, em lugar de unidades sindicais, câmaras sindicais de trabalho.»

Silva Campos faz considerações sobre a opinião do camarada espanhol, dizendo que temos entidades diferentes que estudam todos os pontos de vista indicados.

Américo Fernandes, delegado do Sindicato Unico Metalúrgico de Vieira de Leiria comunica ao Congresso que é forçado a retirar-se por doença de pessoa de família.

«Os delegados rurais de Cabeção comunicam ao Congresso que são forçados a retirar-se em virtude das resoluções tomadas na sua associação.

Suspende a sessão às 19 horas para recomençar às 21 horas.

Alguns protestos telegráficos dos moscovitas

A's 21 horas é reaberta a sessão, a constituição da mesa é a mesma.

Leem-se saudações de: Pessoal de Rebocadores e Gasolinas, Associação Têxtil da Covilhã, Carregadores do Porto e Gaia, Construção Civil de Caldas da Rainha, Jorge Campêlo e Eduardo Guerra, Alfaiates de Lisboa, União dos Jardineiros do Porto, Associação do Pessoal da Imprensa Nacional de Lisboa, Centro Feminino de Educação Social do Porto, Sindicato da Construção Civil de Lisboa, Jornal «Luz e Vida» do Porto.

Foram lidos mais os seguintes telegramas: da Federação Marítima protestando contra «as agressivas afirmações» preferidas contra este organismo e desafiando a que as proveem no prazo de 3 dias.—(a) António Pinto dos Santos.

Contra as acusações feitas à Federação Marítima enviaram ainda telegramas de protesto os seguintes sindicatos: Conferentes Marítimos, Calafates de Lisboa, Fragateiros do Porto de Lisboa, Descarregadores de Mar e Terra de Lisboa, Descarregadores do Porto de Lisboa e de Luis Alves, José dos Santos e Filipe Mendes.

João do Carmo refere que estes telegramas sejam cedidos à Comissão Organizadora da Conferência Marítima.

Jerónimo de Sousa apresenta o seguinte documento:

«O Congresso repudia os telegramas injuriosos de organismos e indivíduos que menosprezam a verdade dos factos e pretendem a desorganização sindical da família marítima.—Jerónimo de Sousa, Manuel da Silva Campos e M. J. de Sousa, dos Manufactores de Calçado de Lisboa e F. C. Couros e Peles, U. S. O. P., S. U. C. e Peles do Porto, Rurais de Safara; Pelo Sindicato do Sul e Sueste, Alfredo Carvalho, João Cavalheiro e Alfredo Pinto.

Aprovado por aclamação.

Sebastião Biguilhas declara ter que abandonar o Congresso por falta de recursos.

O delegado do Sindicato da C. C. de Ponte de Sôr, declara ter que retirar por motivo de saúde.

Alfredo Pinto lê um eco do *Diário de Lisboa* referente ao incidente havido com o redactor de *O Século* e pede para ser esclarecido sobre o que há de verdade neste assunto.

Abraão Coimbra refere que este assunto seja tratado no final dos trabalhos do Congresso.

Manuel Nunes lê a seguinte declaração: «Declaro ter havido da minha parte má interpretação, quanto à afirmação por mim atribuída ao camarada Felipe Baptista, acerca da questão, já sanada, com os representantes dos jornais burgueses, fazendo minhas as declarações do camarada Silva Campos por corresponderem à verdade.»

Sobre o n.º II do capítulo A, Artur Cardoso apresenta a seguinte proposta:

«Em vez dos sindicatos profissionais, quando não houver número para a constituição destes, podem criar-se sindicatos mistos.» Aprovado.

Jerónimo de Sousa propõe que se acrescente ao primeiro período do capítulo II o seguinte: «com as respectivas secções de indústria.» Aprovado.

O 2.º período deste número fica com a seguinte redacção:

«Quando a certas profissões de carácter especial, e como variante das Federações pode haver sindicatos regionais ou nacionais, isto é abrangendo os trabalhadores duma das referidas profissões numa região, ou em todo o país.»

Ficou, portanto, aprovado este capítulo. Entra em discussão o capítulo B. O n.º IV foi aprovado, bem como o V.

O n.º VI é aprovado com a seguinte emenda na alínea I: Unões de Sindicatos ou Câmaras Sindicais.

Lê-se o n.º VII dos Operários do Município de Lisboa.

Carlos Costa explica a constituição e funcionamento do seu sindicato, desejando saber qual é a sua situação à face deste número.

O relator dá explicações dizendo que a tese tem unicamente por fim procurar organizar.

Teixeira Bastos pondera a necessidade de encerrar bem o assunto e deseja que seja aumentado um número, salvaguardando os sindicatos naquelas condições

Carlos Costa envia para a mesa o seguinte:

«Ou quando as condições assim o determinem.»

Silvio Noronha discorda.

António Tomaz advoga a uniformidade orgânica.

Francisco Viana esclarece o Congresso dizendo que é necessário ter em conta a situação do Sindicato dos Operários do Município, havendo portanto a conveniência de assentar no princípio estabelecido neste artigo. Fez algumas considerações a propósito das relações deste Sindicato, sobre o ponto de vista industrial e profissional e as facilidades e dificuldades que surgem quando se trata de prestar solidariedade em movimentos de carácter geral ou parcial. Entende que as secções de Indústria devem ser autônomas.

Jaime Tiago concorda.

Fortunato, da Liga das Artes da Viação Portuense, objecta a dificuldade de conseguir o cumprimento do n.º VII no seu Sindicato considerando-o impossível.

Silva Campos esclarece que não há a intenção de ir desmanchar os sindicatos existentes, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior centro industrial do país.

Silva Campos dá explicações.

João de Sousa diz que pela primeira vez a Federação Marítima está de acordo com M. J. de Sousa no respeitante aos sindicatos nacionais. Tem a opinião que sempre teve a qual é do conhecimento público—não concordar com os sindicatos nacionais, pois, com raras excepções, eles têm um carácter local.

«O Congresso considera que os sindicatos nacionais não têm razão de existir em Portugal, senão pelo que respeita ao pessoal dos Correios e Telégrafos, cujos serviços estão ligados através do país sob uma direcção e administração única, regionais os dos «chauffeurs» cuja estrutura obedece a circunscrições limitadas e ferroviários pelas condições do seu trabalho.»

Depois de admitida, José Martins Orlo pergunta ao relator qual será a situação dum possível Sindicato Nacional dos Cesteiros Para esclarecer o Congresso diz que os cesteiros formam uma indústria especializada, embora estejam na F. Mobilizadora. Quanto à sua situação industrial ela é muito oscilante. Tão depressa os cesteiros estão no Algarve como estão no Douro. Por assim ser, admite a possibilidade de no futuro eles estarem apenas num sindicato, cuja sede será em Gonalvo, por ser o maior

A Conferência
MetalúrgicaDiscutiu a forma de desenvolver
a propaganda entre o operariado
da indústria

SANTARÉM, 25.—Realizou-se ontem, uma conferência dos Sindicatos Metalúrgicos representados no Congresso Confederal. Estavam representados os sindicatos de Lisboa, Porto, Marinha Grande, Vieira de Leiria e o Comité Federal Metalúrgico do Norte.

O Secretário geral da Federação Metalúrgica expôs os fins da Conferência, que pretende dar um revigoramento à organização metalúrgica, lembrando que ultimamente a Federação se dirigiu aos sindicatos aderentes para que a cota que cabe à Federação fosse aumentada com mais cinco centavos, e que só o sindicato da Marinha Grande a aceitou para se atender à contribuição para os comités federais e revigoramento da organização.

Joaquim de Sousa, como delegado e membro da comissão administrativa da Federação, historia a vida da mesma e o auxílio da Secção de Federações que se não tem feito sentir à semelhança do que se tem feito para com outras e encarece a necessidade dum «tournee» de propaganda a todas as localidades coordenando a propaganda para que algo se consiga, defendendo o critério de que os sindicatos poderão aumentar a sua cota sindical e lembra que no Sindicato Metalúrgico de Lisboa, tendo-se apresentado um parecer para o aumento da cota, foi rejeitado por maioria fugindo-se assim a uma resolução do Congresso Metalúrgico; encarece a conveniência de se continuar com a ideia já apresentada anteriormente da comissão pró-escudo que consistia na contribuição por cada metalúrgico de um escudo.

Artur Cardoso é de opinião que se leve à prática esta ideia para se conseguir desenvolver uma propaganda coordenada, dividindo o ano em três partes e que nos espaços de quatro meses se realizassem sessões de propaganda pelas diversas localidades mantendo vivo o espírito associativo.

Emídio Santana, referindo-se à referência de Joaquim de Sousa ao Sindicato de Lisboa, que representa, diz que essa resolução foi acida posta que a situação económica e a crise de trabalho de que enferma a classe metalúrgica de Lisboa o não permite e julga que a situação na província será idêntica à da capital. De aumento só se justificam nos momentos em que se auferem salários razoáveis e não haja crise.

Sobre o aumento da contribuição federal, julga que nem todos os sindicatos estão para isso habilitados, e então se torna a cair nos casos pois mais se definirão os sindicatos e entende que aqueles que o possam fazer que o façam, e os outros que contribuam com aquilo de que possam dispor.

Freire da Silva segue, com as mesmas opiniões demonstrando que bastou falar-se no sindicato de Lisboa em aumento para logo a cotação decrescer.

Decidiu-se recorrer ao auxílio da C. G. T.

Saúl de Sousa, do Sindicato do Porto, acha improficuo o aumento de cota mas que a contribuição do escudo se não se conseguir tudo, algo se conseguirá e julga e entende que se apresente ao Congresso uma moção, para que a Central Operária auxilie a organização metalúrgica e que para tal se nomeie uma comissão para a redigir, que ficou composta por: Emídio Santana, Joaquim de Sousa e Saúl de Sousa.

Francisco Vieira discordando do aumento de cota aceita a contribuição voluntária para acudir às necessidades da organização no momento crítico que decorre. José dos Santos diz que para atender à situação da Federação não acha viável o aumento de cota, e para reforço, cita o que se passou numa oficina do Porto, optando por que se efectuam excursões, atendendo ao espírito festivo do povo. Freire da Silva, Emídio Santana e Francisco Viana, delegados do sindicato de Lisboa, apresentam a seguinte proposta:

«Propomos para que cada sindicato escolha o melhor processo de em todas as fábricas e oficinas conseguir o escudo de cada camarada para assim se conseguirem as quantias de que necessita a Federação Metalúrgica para poder fazer propaganda».

Cardoso, falando sobre a crise de trabalho, dá conhecimento dum representação ao governo José Domingues dos Santos, reclamando a realização duns trabalhos de reparação de navios, de portos e demais obra de prática realizanda bem como a introdução da siderurgia em Portugal, prometendo o ministro do trabalho de então atender, mas, a breve trecho demitiu-se, ficando as reclamações proteladas; lembra que se renovem e atualizem as reclamações, e simultaneamente, os sindicatos telegrafem ao ministro na ocasião da entrega das mesmas. Francisco Viana, de Lisboa, diz que se devem atualizar e fazer um relatório sobre o Porto.

Emídio Santana sabe antecipadamente que é inútil reclamar a governos, mas aceita, porque pode representar uma atitude enérgica dos metalúrgicos. José dos Santos, do Comité do Norte, diz que se deve reclamar para que em todas as fábricas exista um profissional da indústria para evitar desastres como o de Rio Tinto.

Cardoso é de acordo da atualização das reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

Saúl de Sousa diz ter já tratado na Batalha de vários assuntos referentes ao assunto, resolvendo-se que o Sindicato do Porto fornecerá à Federação as suas reclamações.

EM SANTARÉM

'A Batalha' entrevista
uma morta...

(Do nosso enviado especial)

SANTARÉM, 26.—Não se trata dum caso de telepatia. Lector, palavra que não. É um caso ocorrido, aqui a dois passos, no hospital de Jesus Cristo, enfermaria Figueiredo Leal. Realizou-se hoje essa entrevista, quasi ao declinar da tarde, quando no teatro Sá de Bandeira se discutia com calor e inteligência alguns trabalhos do Congresso Confederal. A nossa entrevistada foi uma moçoila, rosto redondo e vivo... a pesar de necrófila...

A gentileza do mordomo daquele estabelecimento levou-nos junto da nossa morta... à enfermaria referida. Ali recebeu-nos, com um perfume enebriante, a enfermeira daquele estabelecimento, sr.ª D. Maria do Carmo Flor. Indicou-nos onde estava Maria de Jesus a protagonista da nossa reportagem. Utilizando-nos dum «medium» que foi D. Maria Flor, Maria de Jesus declarou o seguinte:

—Estava sentada à porta da casa de minha prima quando meu marido...

O nosso «medium» diz-nos que o espírito de M. de Jesus estava... fatigado e não podia responder-nos... Com alguma insistência conseguimos apurar:

—... do qual já estou divorciada, me deu um tiro com uma espingarda caçadeira. Fugiu espavorida, e quando me refugiava fui atingida com outro tiro num ombro. O primeiro foi aqui, na cara; o segundo já sabe...

—Como se chama seu «marido»?

—A... bel Nogueira...

—Conhece o motivo porque ele a matou?

Houve um estremecimento sinistro que só a bonomia de D. Flor dissipou...

—Eu não estou morta! Estou muito mal, mas ainda não morri...

—Como é isso?

Na enfermaria nem um ruído. Apenas uma gata de nome Maria dormia. Há pouco teve a sua «delivrance» escolhendo a enfermaria das parturientes...

Quando voltamos à vida, reconhecemos afinal que Maria Jesus não tinha morrido. Apenas foi morta por um jornal da tarde...

Está viva e o seu agressor também vive, mas está na cadeia. Mesmo viva arriscamos esta pergunta:

—E deseja que seu «marido» seja castigado?

—Não... sei... não... sei.

Maria Jesus ficou gemendo quando nos retirámos, pensando como uma mulher tão formosa, que uma cega paixão lá levando para os anjinhos, é assim assassinada por um diário de Lisboa...

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

Um agradecimento a D. Flor e ao mordomo Domingos Arruteia e viemos orgulhosos por conseguirmos a ressurreição de Maria de Jesus.

O que há?

Por ordem do ministério dos Negócios Estrangeiros têm-se efectuado algumas prisões de operários estrangeiros, principalmente espanhóis residentes em Lisboa.

Não compreendemos esta fúria perseguidora, numa ocasião de relativa calma.

E' mais um atentado contra a liberdade praticado por esta república que ainda ousa afirmar-se respeitadora das liberdades e dos direitos de todos os cidadãos.

Como se explica esta atitude de hostilidade para com indivíduos estrangeiros que em Portugal sabem respeitar as leis da república e longe de lhe serem hostis, pelo contrário sabem com a sua conduta honrar o país que os soube acolher, em homenagem aos tradicionais hábitos de hospitalidade?

Em que se filiam, pois essas perseguições?

DESPORTOS

NATAÇÃO

A Travessia do Tejo

Realiza-se hoje a 18.ª travessia do Tejo, no percurso da Trafaria a Pedrouços, prova organizada pelo Ginásio Club Português. Encontram-se inscritos 26 nadadores, representando 11 clubes.

A largada dos concorrentes faz-se às 9 horas e 45 minutos.

CICLISMO

O VI Porto-Lisboa

Devem chegar hoje a Lisboa os corredores que partiram ontem do Porto. A chegada é na Avenida da Liberdade, estando a meta colocada na altura do Largo da Anunciada.

Achavam-se inscritos para cima de 30 concorrentes.

FUTEBOL

Associação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico A. Club e do grupo D. A. Bombeiros Voluntários da Ajuda, às 14,30, para disputa do bronze «Romão Teixeira»; e às 16,30 horas, as 1.ª categorias do Operário com o Lusitano Amadora; taça Voluntários da Ajuda.

Realiza hoje uma festa de beneficência no Campo de São Vicente (Rua da Verónica), devendo encontrar-se os grupos infantis de futebol do Scouting A. Club e do Operário F. Club, às 13 horas; as 2.ª categorias do Ibrico